

JORNAL DA TARDE

O Brasil conseguiu chegar a um consenso com os bancos credores e a moratória acaba agora. Veja nesta e na página seguinte. Na 13, o drama dos cosipanos, preocupados com o futuro da outrora poderosa empresa; e na 14 e 15, um guia com os novos direitos dos trabalhadores aprovados pela Constituinte e sua repercussão nas empresas.

Dívida: já temos o acordo.

Ele garante US\$ 6,4 bilhões em 88 e 89, spread menor e a promessa de um acordo a longo prazo.

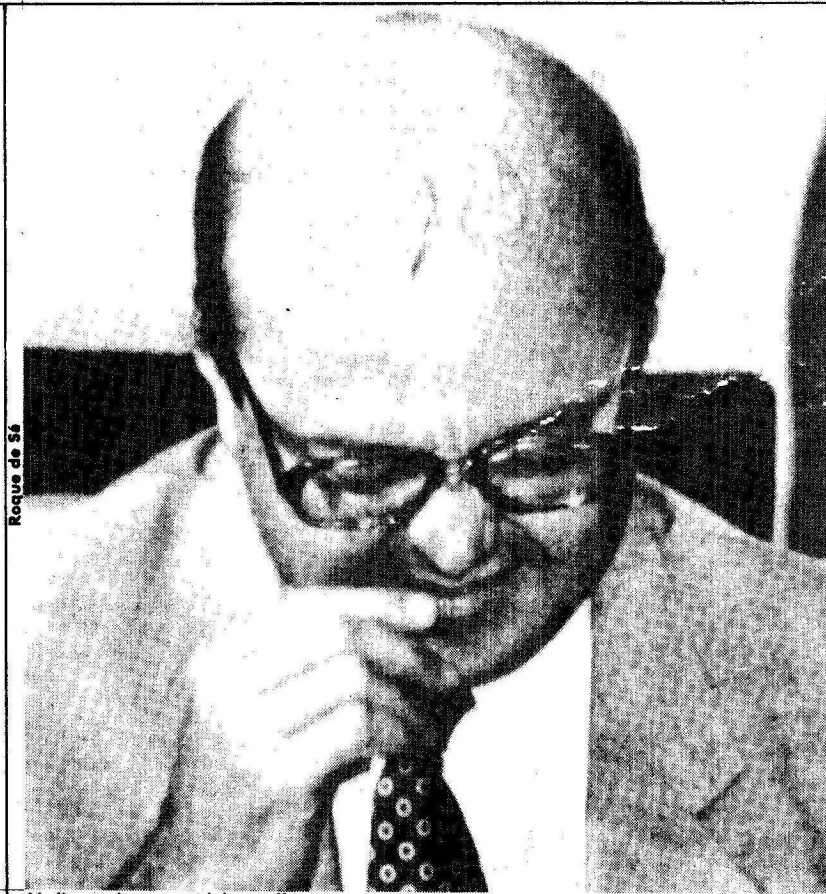
O Brasil fechou ontem um acordo preliminar com o comitê de bancos credores que permitirá o ingresso de US\$ 6,4 bilhões em 1988 e 1989 (US\$ 5,8 bilhões em empréstimos diretos dos bancos e US\$ 600 milhões em recomposição das linhas de curto prazo), a redução do spread (taxa de risco) para 0,8125%, em índice igual ao do México, e a disposição dos bancos de fecharem um acordo de longo prazo até março. Em contrapartida, o Brasil efetuará, nesta semana, pagamento de US\$ 700 milhões aos bancos, correspondente a US\$ 500 milhões dos juros vencidos em janeiro e US\$ 200 milhões relativos a fevereiro. O anúncio do acordo foi feito ontem pelo ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, em Brasília.

Mailson da Nóbrega previu que até o final de março será definido um acordo de longo prazo com os bancos credores, com o reescalonamento de US\$ 64,2 bilhões (95% do estoque da dívida), em prazos que variarão de 20 a 25 anos, além de carência que deverá situar-se entre 8 e 10 anos.

Apenas depois de fechar este acordo de longo prazo o Brasil retornará normalmente os pagamentos do serviço da dívida, a partir de março, informou Mailson da Nóbrega. Só aí, então, a moratória estará completamente rejeitada tecnicamente, na sua opinião. Além do acordo final, o ministro espera que os bancos liberem um empréstimo-ponte para a cobertura da parte dos juros a partir de março.

Os US\$ 5,8 bilhões obtidos pelo Brasil junto aos bancos sob a forma de dinheiro novo auxiliarão no pagamento dos juros da dívida de 1987 (período de 20 de fevereiro a setembro) e 1988. Cerca de US\$ 500 milhões deste montante deverão ser liberados no primeiro semestre do próximo ano. Esta liberação ainda está em negociação. A taxa de juros será a Libor.

O primeiro desembolso relativo ao novo empréstimo ocorrerá em junho, em volume ainda a ser definido, quando do fechamento do acordo final. Os outros US\$ 600 milhões que compõem o pacote de



Rogério de Sá

Mailson: é a moratória no fim.

US\$ 6,4 bilhões entrarão até o final de 1988, explicou o ministro da Fazenda.

Mailson da Nóbrega informou que os 14 bancos que integram o comitê de negociação por parte dos credores concordaram em liberar US\$ 300 milhões dos US\$ 600 milhões. Estes depositarão a quantia junto ao Banco Central do Brasil, a título de recomposição das linhas de crédito de curto prazo (que caíram de US\$ 15 para US\$ 14 bilhões). Os outros US\$ 300 milhões serão depositados pelos restantes 700 bancos internacionais com os quais o Brasil mantém débitos.

O comitê dos bancos credores aceitou um mecanismo proposto pelo Brasil para estimular a permanência dos depósitos: se estes

não deixarem os recursos relativos à recomposição depositados no mínimo 180 dias, não terão direito a participar do programa de conversão da dívida em investimentos, além de participarem do reescalonamento de longo prazo.

Taxa de risco

A taxa de risco de 0,8125% obtida pelo Brasil no acordo preliminar é igual à do México e representa, segundo Mailson da Nóbrega, a metade da taxa que o País vinha pagando, em termos médios, sobre o montante total de sua dívida (cerca de 1,66%). O novo spread incidirá sobre o empréstimo de US\$ 5,8 bilhões e sobre a dívida a vencer, mas apenas sobre a parte contraída pelos setor público (entre US\$ 48 e US\$ 50 bilhões).

Os bancos também aceitaram discutir a aplicação do mecanismo da *caver-out* (revisão dos spreads nos contratos que vencem no futuro). Este processo deverá ser trabalhoso, previu o ministro da Fazenda, porque a dívida brasileira está pulverizada por mais de 10 mil contratos, que se desdobram, em muitos casos, em esquemas de repasses e avais do governo brasileiro. Mas mesmo assim, Mailson da Nóbrega previu que a revisão deverá render uma economia de US\$ 1 bilhão apenas nos próximos três anos, e um total de US\$ 5,6 bilhões sobre todo o estoque da dívida.

No acordo preliminar, o governo brasileiro concordou em pagar uma taxa de adesão de 0,37% aos bancos que aderirem rapidamente ao acordo de longo prazo e ao empréstimo de US\$ 5,8 bilhões (o prazo ainda não está definido). A taxa de adesão cairá quanto mais tempo os bancos demorarem para aderir.

O ministro da Fazenda explicou que a adesão ao empréstimo e ao acordo de longo prazo será feita depois da conclusão do acordo final. Ontem, o comitê dos bancos credores apenas emitiu um telex aos mais de 700 bancos avisando os termos do acordo preliminar.

Mailson da Nóbrega informou que o pagamento dos US\$ 700 milhões referentes aos juros de janeiro e fevereiro de 1988 representam a parte do Brasil no acordo preliminar. Disse que este montante não colocará as reservas cambiais do Brasil em posição difícil, porque "elas estão em níveis aceitáveis". Além disso, revelou que o superávit da balança comercial em janeiro deste ano chegou a pouco mais de US\$ 1 bilhão, o que melhorou a posição das reservas. O superávit de janeiro — a ser divulgado hoje pela Cacex — é recorde histórico em termos do mês de janeiro.

Mailson observou que o acordo preliminar foi obtido sem nenhuma cláusula de vinculação com um acordo com o FMI (Fundo Monetário Internacional). Ressaltou que o acordo final de março também não conterá cláusulas de vinculação com o Fundo.